

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DE UM ESTUDO SOBRE AVÓS E SUAS FILHAS ADOLESCENTES

Sociodemographic aspects of study about grandparents and their teenage daughters

<http://dx.doi.org/10.21116/2017.2>

QUEIROZ, Patricia Helena Breno

Faculdade de Jaguariúna

ZANOLLI, Maria de Lurdes

Faculdades de Ciências Médicas da UNICAMP

MENDES, Roberto Teixeira

Faculdades de Ciências Médicas da UNICAMP

RESUMO: Este artigo descreve aspectos sociodemográficos de adolescentes grávidas atendidas em um serviço de saúde na região metropolitana de Campinas-SP e de suas mães ou sogras. Estudo de corte transversal descritivo, com coleta prospectiva dos dados, realizada com 25 adolescentes primigestas e 25 futuras avós dos bebês, que no último trimestre de gestação concederam entrevistas orientadas com questões para a caracterização das entrevistadas. Investigar o padrão demográfico dessas adolescentes e suas mães ou sogras foi importante para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas mais adequadas e direcionadas às necessidades dessa parcela da população.

Palavras-Chaves: Adolescentes, Relação entre gerações, Organização Familiar.

ABSTRACT: This article describes sociodemographic characteristics of pregnant adolescents attending a health service in the metropolitan region of Campinas-SP and their mothers or mothers-in-law. Descriptive cross-sectional study, with prospective data collection, carried out with 25 primiparous adolescents and 25 future grandmothers, in the last trimester of pregnancy granted oriented interviews with questions for the characterization of the interviewees. To investigate the demographic pattern of these adolescents and their mothers or mothers-in-law was important to develop appropriate interventions and public policies and targeted to the needs of this segment of the population.

Keys words: Adolescent, Intergenerational Relations, Family Organization.

Introdução

Estudos sobre a família são foco de extensas pesquisas, em diferentes áreas do conhecimento, sob diversos contextos e inúmeros propósitos. Assim são muitas as maneiras de se investigar as famílias, tendo cada uma delas formas distintas de conceituar e tratar os relacionamentos familiares.

A análise comparativa de dados obtidos nos três últimos Censos Demográficos feitos no Brasil (1991, 2000 e 2010) feita em 2012 sugere que a população brasileira reduziu o ritmo de crescimento a partir de 1970 e deve continuar crescendo lentamente até 2030, ocorrendo a seguir a transição para o decréscimo (ALVES; CAVENAGH, 2012).

A transição demográfica é considerada como um dos mais importantes fenômenos sociais de todos os tempos e só acontece uma vez na história de um país (BRITO, 2008). A transição tem início com a queda das taxas de mortalidade e subsequente à queda das taxas de natalidade, sendo esse lapso de tempo bastante particular para cada país.

As taxas específicas de fecundidade (TEF) no Brasil, conforme os censos analisados diminuíram em todas as faixas etárias entre 1991 e 2000, com exceção dos adolescentes. O aumento da gravidez na adolescência na década de 1990 repercutiu em todo o país como um problema de saúde pública (BRASIL, 2010).

A gravidez na adolescência imprime mudanças geracionais sobre a maternidade e o lugar social das mulheres (MOREIRA, 2010), transmitidas de geração em geração e que suportam interpretações múltiplas porque são em parte, transformadas, e em parte conservadas.

A gestação e a adolescência, concomitantes ou não, são eventos com especificidades diversas e agregam um universo de mudanças internas e externas. A precocidade na vivência do papel de mãe implica na vivência do papel de avó, que contribui para uma reorganização familiar.

As avós são um fator importante para a família em expansão, pois contribuem ativamente para a formação e crescimento de seus netos ao compartilharem o cuidado, transmitirem conhecimento e contribuirão ativamente na criação de seus netos (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Este artigo tem como objetivo descrever alguns aspectos sociodemográfico de adolescentes grávidas atendidas em um serviço público de saúde, localizado em Americana, município da região metropolitana de Campinas-SP e de suas mães ou sogras.

Método

Trata-se de um estudo de corte transversal descritivo, com coleta prospectiva dos dados, realizada entre as adolescentes primigestas atendidas no Ambulatório de Gestação de Alto-Risco e as futuras avós de seus beb s sobre a gesta o, a maternidade, o aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida.

A partir do último trimestre de gesta o concederam entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado que continha questões para caracterizá-las e perguntas que levaram as adolescentes e as mulheres adultas a expressarem os seus pontos de vista sobre a gravidez e o aleitamento. No recorte para este artigo foram analisadas questões relativas   caracteriza o das entrevistadas.

Como critério de inclusão, as adolescentes deveriam ser primigestas e ter convívio regular com as avós maternas ou paternas de seus beb s. O desenvolvimento do estudo atendeu as normas nacionais e internacionais de  tica em pesquisa envolvendo seres humanos.

O desenvolvimento do estudo atendeu as normas nacionais e internacionais de  tica em pesquisa envolvendo seres humanos.

Resultados

Entre 14 de fevereiro de 2012 e 14 de maio de 2013, foram abordadas no Ambul rio de Gesta o de Alto Risco 56 adolescentes grávidas. Destas, 43 concordaram em participar do estudo que terminou com 25 adolescentes acompanhadas até o sexto mês pós-natal.

As adolescentes tinham entre 14 e 18 anos quando das entrevistas iniciais, durante o período pré-natal. A média de idade foi de 16 anos.

S  uma delas afirmou ser formalmente casada e a situa o conjugal mais frequentemente referida foi a de solteira (17 meninas). Em rela o   habita o, 12 adolescentes residiam com a família do companheiro e 11 com a própria família. Duas adolescentes moravam sozinhas com seus parceiros.

A escolaridade média, que corresponde   média dos anos de estudos concluídos pelas adolescentes, foi de 9,4 anos. Treze adolescentes entrevistadas retornaram   escola ao final das entrevistas, principalmente aquelas que terminavam o ensino fundamental.

Somente cinco adolescentes das 25 que compõem a amostra referiram executar trabalho remunerado.

A faixa etária das avós pesquisadas, era entre 32 e 57 anos no momento da entrevista. A média de idade foi de 40 anos. Pouco mais da metade das avós (13 mulheres) referiram estar casadas com seus parceiros e sua escolaridade média era de 6,04 anos de estudo completo.

Não mais que duas avós relataram não ter frequentado um serviço de saúde para o seguimento pré-natal. A idade média destas mulheres por ocasião do nascimento de seu primeiro filho foi de 21,6 anos (idades dentre 15 e 33 anos). Com relação à paridade, a média foi de 3,4 parturições para cada mulher.

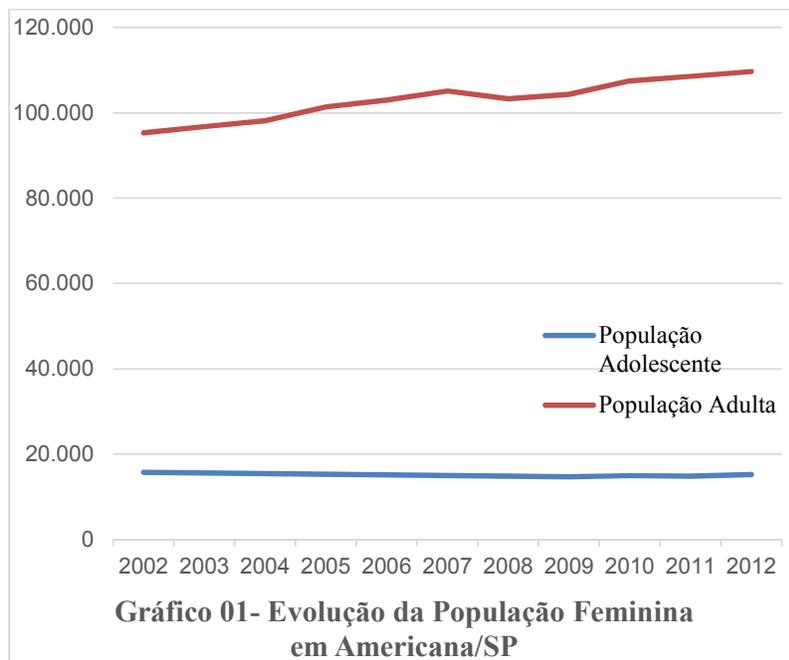
Quanto ao parentesco com a gestante adolescente, a maioria das mulheres entrevistadas (19 avós) era a mãe da jovem. Apesar de 22 das avós referirem possuir trabalho remunerado, 12 delas definiram-se como trabalhadoras formais.

Discussão

O Ministério da Saúde do Brasil toma por base a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), denominando por adolescentes o contingente da população entre 10 e 19 anos de idade (BRASIL, 2007).

A população de meninas adolescentes no município de 14.219 (AMERICANA, 2014) sendo que dos 2.745 recém-nascidos no município, 189 eram filhos de mães adolescentes (7,44%), percentual que se revela inferior à média nacional (17,7%).

A evolução da população feminina e da população de adolescentes femininas do município, entre 2002 até 2012 pode ser observada no Gráfico 01. Observa-se que a população feminina cresceu, provavelmente pelo aumento da expectativa de vida, que das mulheres é superior aos homens. Em 2011, um recém-nascido homem tinha como expectativa de vida 70,6 anos. A esperança de vida de uma mulher, naquele ano, era de 77,7 anos (BRASIL, 2011).



Ao verificar a taxa de crescimento anual da população do município nas três últimas décadas percebe-se que o indicador vem decrescendo de 2,13 % em 1991 para 1,44% em 2010, o que sugere a diminuição do número de filhos por mulher e a estabilidade da população de adolescentes (SÃO PAULO, 2014).

Já as Taxas de Fecundidade Geral e Específica de adolescentes do município entre 2003 e 2013 apresentam um ligeiro decréscimo na década analisada, mesmo que entre as adolescentes esta diminuição seja ligeiramente menor que entre as mulheres em geral (BRASIL, 2013a).

O município pratica as Diretrizes em Relação à Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes, estabelecidas no Fórum 2002 Adolescência, Contracepção e Ética (BRASIL, 2007). A partir de 2009 todo adolescente passou a ter direito à privacidade durante a consulta médica, ou seja, de ser atendido sozinho, em espaço privado e apropriado, possibilitando acesso à informação, orientações sobre planejamento familiar e a métodos de contracepção.

Infere-se que a mobilização da rede de atenção básica do município para a ampliação do acesso e adesão aos serviços de saúde possa ter contribuído para garantir aos adolescentes uma atenção especialmente voltada aos aspectos preventivos, atendendo às especificidades desse grupo populacional.

Em uma análise sociodemográfica (BARBOSA, 2008) de mais de três décadas da fecundidade de adolescentes e jovens no Brasil, publicado em 2008, a taxa específica de fecundidade das adolescentes brasileiras se mostra em declínio, no entanto, diferenciais socioeconômicos (escolaridade, renda e moradia) sugerem ter papel importante neste movimento descendente, que ocorre de forma distinta em diferentes populações de meninas.

Cerqueira e Givisiez (2013) observam que a partir dos anos 70 o Brasil sofre uma queda generalizada da fecundidade, mesmo observando-se diferenças regionais. No município estudado, apesar do crescimento na população total de mulheres, a faixa populacional de adolescentes femininas permaneceu constante.

Quanto à situação conjugal das 25 adolescentes participantes da amostra, 17 declararam-se solteiras, enquanto 13 avós declararam-se casadas. Estes dados, quando comparados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, mostram semelhança (50,91%) entre as mulheres de 30 a 59 anos casadas, mas são diferentes entre as mulheres entre 15 a 19 anos que somam 45,2% de solteiras (BRASIL, 2012).

O estudo da união conjugal é importante para que se compreenda o processo de formação das famílias, o comportamento reprodutivo e a dinâmica demográfica de uma comunidade (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Pesquisadores do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desde 2008 sugerem que estudar as trajetórias de nupcialidade dos indivíduos (tipo de união, tempo de duração e transições ocorridas ao longo da vida) auxilia a compreensão das mudanças ocorridas na forma como as famílias se organizam ou se reorganizam (MARCONDES, 2008).

A maioria das pessoas vive em família e muitas delas têm arranjos diversificados. As adolescentes referiram residir com suas famílias ou com as famílias dos namorados, muitas vezes por uma questão de melhor organização, mais espaço e também apoio durante a gestação.

Nos recentes padrões brasileiros de dinâmica familiar (BRASIL, 2013b), muitas famílias do tipo “tradicional” constituídas por um casal com filhos, são reorganizadas e mais pessoas experimentam a vida familiar de outra forma. Estes novos padrões são reflexo da redução das taxas de nupcialidade, do adiamento do

casamento e da fecundidade, o aumento dos divórcios, e o aumento dos nascimentos fora do casamento, o que segundo o IBGE “mostra que os indivíduos estão mais propensos a experimentar maior variedade de estruturas familiares ao longo de suas vidas” (BRASIL, 2013b, p.69).

As adolescentes entrevistadas apresentaram um coeficiente de escolaridade média de três anos maior que suas mães e sogras. O aumento da média de anos de estudo é um indicativo do aumento gradativo do acesso ao ensino, principalmente ao ensino fundamental (SOARES; CARVALHO; KIPNIS, 2003).

Os dados apresentados pela PNAD 2011 revelam importantes mudanças no perfil educacional da população brasileira. Apesar do aumento de frequência nos três níveis de ensino, o ensino médio permanece com uma taxa de frequência abaixo da desejada, apesar do aumento significativo desta nos últimos dez anos (BRASIL, 2012).

A análise das condições de vida da população brasileira (BRASIL, 2012) aponta para uma relação importante entre maternidade e estudo. Das adolescentes entre 15 e 17 anos que tinham pelo menos um filho, somente 28,5% continuavam os estudos. Metade das adolescentes entrevistadas retornou à escola após o nascimento de seus bebês. As adolescentes que não retornaram à escola alegaram não haver um cuidador disponível para o bebê, outras por precisarem trabalhar para compartilhar as despesas da casa.

A educação formal possibilita a oportunidade de uma melhor inserção no mercado de trabalho e “é a principal mediadora na transmissão de *status* entre as gerações” (BRASIL, 2013b, p.112). A publicação cita um estudo realizado em países da OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), confirmando a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal de jovens que não concluíram o ensino médio. Baixos salários, más condições de trabalho e instabilidade profissional são condições comuns enfrentadas por estes jovens, gerando efeitos negativos de longo prazo.

Pesquisadores em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destacavam há mais de dez anos a importância do ensino médio “não apenas como fator para o aumento do rendimento médio das pessoas, mas também por atuar como uma garantia contra privações extremas e exclusão do mercado de trabalho” (SOARES; CARVALHO; KIPNIS, 2003, p.21).

As características de inserção, desocupação e de rendimento da força de trabalho são sensíveis às flutuações na economia e na última década houve um aumento significativo da proporção de trabalhadores com vínculo formal no país (MARCONDES, 2008).

A maioria das avós (22) declarou ter trabalho remunerado, mas somente 12 delas definiram-se como trabalhadoras formais, isto é, possuir registro em carteira, compatível com a PNAD (BRASIL, 2013b) na qual os empregados com carteira de trabalho correspondem a 40% distribuição da população ocupada no Brasil.

Considerações Finais

No Brasil, as mulheres são maioria da população, vivem (e estudam) mais tempo que os homens, ocupam cada vez mais os espaços de trabalho e são responsáveis pela atenção e em muitos lares pelo sustento das famílias.

Diante das intensas e rápidas transformações que vêm se operando na constituição e organização das famílias, faz-se necessário realizar estudos frequentes mais sobre as possibilidades sociais que levam as pessoas a constituírem novos núcleos familiares e em que bases são mantidas as relações no interior destes.

Investigar de forma mais aprofundada o padrão demográfico de adolescentes e suas mães e sogras é importante para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas mais adequadas e direcionadas às necessidades dessa parcela da população, constituindo-se em uma fonte segura para o planejamento de atenção à saúde coletiva.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte Inclusão Social**. 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em 10 jan 2015.

AMERICANA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. **Informativo socioeconômico da Prefeitura Municipal de Americana**, no. 31/2014.

BARBOSA, Andréa Machado. **Análise sociodemográfica da fecundidade de adolescentes e jovens no Brasil: 1970/2006**, 2008. [artigo de internet]. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1206.pdf>. Acesso em 05 jul 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Marco Teórico e Referencial Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens**. Série B. Brasília – DF: Textos Básicos de Saúde; 2007.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado Ipea no. 66**. PNAD 2009 - Primeiras análises: Situação da educação brasileira - avanços e problemas. Brasília/DF, 2010.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**. v 38. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2011_v38.pdf> Acesso em 20 jul 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de indicadores. 2011. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva Departamento de Informática do SUS/DATASUS. **Informações de Saúde. Estatísticas Vitais**. Nascidos Vivos. Brasília, 2013a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Informação Demográfica e Socioeconômica -número 32. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2012. Rio de Janeiro, 2013b.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista brasileira de estudos de população**. 2008. [artigo de internet]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000100002Brito &lng=en&nrm=isso>. Acesso em 05 fev 2015.

CERQUEIRA, César Augusto; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Conceitos básicos em Demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: Gonçalves Rios-Neto, Eduardo Luis; Riani, Juliana Lucena Ruas. **Introdução à Demografia da Educação**. Campinas, 2003.

MOREIRA, Maria Inez da Costa. **Articulando Gênero e Geração aos Estudos de Saúde e Sexualidade**. 2010. [artigo de internet]. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Ignez_Costa_Moreira_14.pdf> . Acesso em 21 fev 2015.

SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Regional. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. População e Estatísticas vitais. São Paulo, 2014. Disponível em:< <http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em 28 abr. 2015.

MARCONDES, Glaucia dos Santos. Recasamento formal no Brasil: alguns achados do Registro Civil. (**Textos NEPO 58**). Campinas, SP: UNICAMP: Núcleo de Estudos de População; 2008.

SOARES, Sergei; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida educacional. Rio de Janeiro: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA**, 2003.

Sobre os autores

Patricia Helena Breno Queiroz

<http://lattes.cnpq.br/5152048363151806>

Docente de Enfermagem na Faculdade de Jaguariúna, São Paulo, Brasil. Especialista em Pediatria e Puericultura pela UNIFESP/SP. Mestre em Enfermagem e Trabalho pela FCM/UNICAMP. Doutora em Ciências da Saúde pelo Programa de Saúde da Criança e do Adolescente da FCM/UNICAMP.

queirozphb@gmail.com

Maria de Lurdes Zanolli

<http://lattes.cnpq.br/4856522746939370>

Médica Pediatra e Sanitarista. Docente do Departamento de Pediatria, Faculdades de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

zanolli@fcm.unicamp.br

Roberto Teixeira Mendes

<http://lattes.cnpq.br/5693689836277290>

Médico Pediatra. Docente do Departamento de Pediatria, Faculdades de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

teixeira@fcm.unicamp.br